



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Pró-Reitoria Administrativa
Coordenação de Material e Patrimônio
Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90002/2024

PROCESSO Nº 23110.047171/2023-55

CONTRATANTE (UASG)

Fundação Universidade Federal de Pelotas (154047)

OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente do Almoarifado Central

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.206.596,98

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **05/08/2024** às **14h** (**horário de Brasília**)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item e por grupo

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Fundação Universidade Federal de Pelotas, por meio do Núcleo de Licitações, sediado na Rua Gomes Carneiro, 01 – Campus Porto, Bairro Centro, Pelotas/RS, CEP 96010-610, telefone (53) 3284-3924, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS com validade de 12 (doze) meses, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133 de 2021](#), do [Decreto nº 11.462 de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para Aquisição de Material de Expediente do Almoarifado Central, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. Nos termos do Art. 21 do Decreto n.º 11.462/2023, **a homologação deste procedimento licitatório não obriga a UFPel a contratar integral ou parcialmente o objeto licitado**, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.
- 1.3. A licitação será dividida em itens e grupos, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens e/ou grupos forem de seu interesse, sendo

que para os grupos deve-se oferecer proposta para todos os itens que os compõem, de acordo com as especificações e quantidades abaixo relacionadas:

Item	Quantidade	Unidade	Código SIASG	Especificação	Valor Unitário Estimado
ITENS AVULSOS					
1	100	UNIDADE	394691	CALCULADORA DE MESA, VISOR EM LCD, COM NÚMEROS GRANDES, MÍNIMO 8 DÍGITOS E MÍNIMO DE 4 OPERAÇÕES BÁSICAS ALÉM DAS DE PORCENTAGEM, RAIZ QUADRADA E INVERSÃO DE SINAIS. FONTE ALIMENTAÇÃO SOLAR/BATERIA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SINAL SONORO.	R\$ 23,57
2	65	CAIXA COM 12 UNIDADES	259559	ESTILETE, LÂMINA RETRÁTIL, ESPESSURA 18MM, PLÁSTICO, COMPRIMENTO APROXIMADO 150MM.	R\$ 26,94
3	16	CAIXA COM 12 UNIDADES	278812	EXTRATOR GRAMPO, AÇO INOXIDÁVEL, TIPO ESPÁTULA, TRATAMENTO SUPERFICIAL CROMADO.	R\$ 30,08
4	200	UNIDADE	261799	FILTRO LINHA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 220V, POTÊNCIA MÍNIMA 1.000W, CORRENTE MÍNIMA 10A, 5 TOMADAS COM 3 PINOS TIPO FÊMEA COM ATERRAMENTO.	R\$ 40,22
5	100	CAIXA COM 10 UNIDADES	278970	FITA ADESIVA, MATERIAL CREPE, TIPO MONOFACE, MEDIDAS 18MM X 50M, COR BEGE, MULTIUSO, CAIXA C/ 10 UNIDADES.	R\$ 71,19
6	150	CAIXA COM 10 UNIDADES	278972	FITA ADESIVA, MATERIAL CREPE, TIPO MONOFACE, MEDIDAS 50MM X 50M, COR BEGE, MULTIUSO, CAIXA C/ 10 UNIDADES.	R\$ 197,66
7	50	CAIXA COM 10 UNIDADES	351728	FITA ADESIVA, MATERIAL PAPEL KRAFT, TIPO GOMADA, MEDIDAS APROXIMADAS 50MM X 50M. PACOTE COM 10 UNIDADES.	R\$ 201,31
8	50	CAIXA COM 10 UNIDADES	279001	FITA ADESIVA, MATERIAL POLIPROPILENO TRANSPARENTE, MONOFACE, MEDIDAS 25MM X 50 M, CAIXA COM 10 UNIDADES, APLICAÇÃO MULTIUSO	R\$ 40,21
9	50	CAIXA COM 10 UNIDADES	279105	FITA ADESIVA, MATERIAL POLIPROPILENO TRANSPARENTE, TIPO MONOFACE, MEDIDAS 12MM X 50M, CAIXA C/ 10 UNIDADES.	R\$ 24,68
10	150	CAIXA COM 10 UNIDADES	278982	FITA ADESIVA, MATERIAL POLIPROPILENO TRANSPARENTE, TIPO MONOFACE, MEDIDAS 50MM X 50M, CAIXA C/ 10 UNIDADES.	R\$ 57,26
11	500	UNIDADE	406605	GRAMPEADOR MANUAL FABRICADO EM AÇO, COM REVESTIMENTO DA BASE EM MATERIAL ANTI-RISCO E PINTURA ELETROSTÁTICA DE ALTA RESISTÊNCIA. CAPACIDADE MÍNIMA PARA GRAMPEAR 30 FOLHAS DE PAPEL A4 E BASE DE COMPRIMENTO MÍNIMO DE 15 CM. COMPATÍVEL COM GRAMOS 26/6, CORPO EM PINTURA EPÓXI PRETA.	R\$ 52,34
12	300	UNIDADE	602989	Isqueiro portátil tamanho grande, uso doméstico	R\$ 7,55
13	50	CAIXA COM 12 UNIDADES	289375	LAPISEIRA, METAL, 0,7MM, C/PRENDEDOR, PONTA E ACIONADOR DE METAL C/BORRACHA, CAIXA C/ 12 UNIDADES.	R\$ 62,81
14	300	UNIDADE	232376	LIVRO DE ATA, PAPEL SULFITE, 100 FOLHAS, MEDIDAS APROXIMADAS 330MM X 220MM, CAPA DURA DE PAPELÃO, FOLHAS NUMERADAS.	R\$ 23,57
15	100	UNIDADE	359650	LIVRO DE PROTOCOLO, QUANTIDADE FOLHAS 100, MEDIDAS APROXIMADAS: COMPRIMENTO 220, LARGURA 165, TIPO CAPA DURA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FOLHAS PAUTADAS E NUMERADAS SEQUENCIALMENTE FRENTE, MATERIAL CAPA PAPELÃO PRENSADO, GRAMATURA FOLHAS 63, MATERIAL FOLHAS PAPEL OFF-SET.	R\$ 23,80
16	500	PACOTE COM 400 FOLHAS	203525	PAPEL ALMAÇO BRANCO PAUTADO, COM ACABAMENTO LISO, NAS DIMENSÕES APROXIMADAS DE 215MM X 315MM. PACOTE COM 400 FOLHAS.	R\$ 96,77

17	10000	EMBALAGEM COM 500 FOLHAS	461889	PAPEL SULFITE, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, COR BRANCA, GRAMATURA 75G/M2, MEDIDAS 297MM X 210MM, A4, ENTREGA EM CAIXA C/ 5.000 FOLHAS.	R\$ 31,49 AMPLA PARTICIPAÇÃO
18	100	PACOTE COM 50 FOLHAS	232233	PAPEL VERGÊ, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, CLÁSSICO, COR BRANCO LINHO, GRAMATURA 180G/M2, MEDIDAS 297MM X 210MM, A4, PACOTE C/ 50 FOLHAS.	R\$ 20,18
19	100	PACOTE COM 50 FOLHAS	237563	PAPEL VERGÊ, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, CLÁSSICO, COR VERDE, GRAMATURA 180G/M2, MEDIDAS 297MM X 210MM, A4, PACOTE C/ 50 FOLHAS.	R\$ 26,68
20	70	UNIDADE	239456	PERFURADOR PAPEL, MATERIAL AÇO, TAMANHO MÉDIO, TRATAMENTO SUPERFICIAL PINTADO, CAPACIDADE 30 FOLHAS, MANUAL, FUROS REDONDOS COM MARGINADOR.	R\$ 58,23
21	200	UNIDADE	471221	PORTA CANETA, MATERIAL ACRÍLICO, MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA 170MM, ALTURA 90MM, COM DUAS DIVISÕES	R\$ 14,69
22	500	UNIDADE	278851	PRANCHETA PORTÁTIL, MATERIAL ACRÍLICO, MEDIDAS APROXIMADAS 233MM X 320MM X 3MM, COR FUMÊ, COM PRENDEDOR NIQUELADO.	R\$ 17,50
23	100	CAIXA COM 12 UNIDADES	267599	PRENDEDOR PAPEL, MATERIAL METAL, TIPO MOLA, TAMANHO MOLA 51MM. CAIXA C/ 12 UNIDADES.	R\$ 33,98
24	10	CAIXA COM 50 UNIDADES	203205	RÉGUA ESCRITÓRIO, MATERIAL ACRÍLICO, COMPRIMENTO 30CM, GRADUAÇÃO CENTÍMETRO CM/POL, FLEXÍVEL, PACOTE C/ 50 UNIDADES.	R\$ 74,59
25	200	PACOTE COM 100 UNIDADES	341842	SACO DOCUMENTO, MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE, CAPACIDADE 40 FOLHAS, MEDIDAS: 297MMX210MM, ESPESSURA APROXIMADA 12MICRA MM SEM FUROS	R\$ 47,85
26	500	UNIDADE	278330	TESOURA PARA MÚLTIPLAS TAREFAS (USO PROFISSIONAL, DOMÉSTICOS, ESCOLAR E ESCRITÓRIO). DEVE APRESENTAR CABO ANATÔMICO DE PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, LÂMINAS DE AÇO INOXIDÁVEL COM PADRÃO DE AFIAÇÃO PROFISSIONAL E TAMANHO MÍNIMO DE 20 CM.	R\$ 18,99
LOTE 01					
27	1500	UNIDADE	204691	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO. MATERIAL BASE FELTRO, CORPO PLÁSTICO, COMPRIMENTO 15 CM, LARGURA 4,5 CM, ALTURA 25 CM	R\$ 4,95
28	500	UNIDADE	349920	SOLUÇÃO LIMPADORA, APLICAÇÃO QUADRO BRANCO, INSTANTÂNEA, LÍQUIDO, SPRAY, 60ML, FRASCO C/ 60ML.	R\$ 10,07
LOTE 02					
29	50	PACOTE COM 100 UNIDADES	467100	ENVELOPE KRAFT, GRAMATURA MÍNIMA 80G/M², SACO COMUM, PARDA, MEDIDAS 370MMX470MM, PACOTE COM 100 UNIDADES.	R\$ 125,44
30	1000	PACOTE COM 100 UNIDADES	467091	ENVELOPE PAPEL KRAFT, GRAMATURA MÍNIMA 80G/M2, SACO COMUM, MEDIDAS 360MM X 260MM, PARDA, PACOTE C/ 100 UNIDADES.	R\$ 52,66
LOTE 03					
31	50	CAIXA COM 100 FOLHAS	419641	ETIQUETA ADESIVA 3 COLUNAS PARA CÓDIGO DE BARRAS, SEM IMPRESSÃO, MEDIDAS APROXIMADAS 66,7MM X 25,4MM, CAIXA C/ 100 FOLHAS.	R\$ 53,45
32	50	CAIXA COM 100 FOLHAS	419639	ETIQUETA ADESIVA, MEDIDAS 50,8MM X 101,6MM, CAIXA C/ 100 FOLHAS.	R\$ 44,91

33	50	CAIXA COM 100 FOLHAS	228803	ETIQUETA AUTO-ADESIVA, PAPEL ALCALINO BRANCA, RETANGULAR, 25,40MM X 101,60MM, IMPRESSORA JATO TINTA, CAIXA C/ 100 FOLHAS.	R\$ 49,66
LOTE 04					
34	80	UNIDADE	401242	CANETA DESENHO ARQUITETÔNICO, CORPO PLÁSTICO, PONTA METAL, TINTA:NANQUIM / USO:DESCARTAVEL, TAMANHO PONTA 0,05MM, COR PRETA	R\$ 19,05
35	80	UNIDADE	401241	CANETA DESENHO ARQUITETÔNICO, CORPO PLÁSTICO, PONTA METAL, TINTA:NANQUIM / USO:DESCARTAVEL, TAMANHO PONTA 0,80MM, COR PRETA	R\$ 18,43
LOTE 05					
36	80	UNIDADE	234635	APAGADOR PARA QUADRO DE GIZ (QUADRO NEGRO), COM ESTOJO PORTA GIZ, PLÁSTICO OU MADEIRA, COM FELTRO, NAS DIMENSÕES APROXIMADAS DE: 15 x 6 x 3,5 CM.	R\$ 9,15
37	250	CAIXA COM 64 BARRAS	239009	GIZ PASTEL, MATERIAL: PIGMENTO EM PÓ, APRESENTAÇÃO: BASTÃO, COR:BRANCO, TIPO:FOSCO. CAIXA COM 64 BARRAS	R\$ 5,86
LOTE 06					
38	50	CAIXA COM 5.000 UNIDADES	300536	GRAMPO GRAMPEADOR, MATERIAL METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL GALVANIZADO, TAMANHO 23/10, CAIXA C/ 5.000 UNIDADES.	R\$ 39,84
39	30	CAIXA COM 5.000 UNIDADES	332121	GRAMPO GRAMPEADOR, MATERIAL METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL GALVANIZADO, TAMANHO 23/13, CAIXA C/ 5.000 UNIDADES.	R\$ 43,07
40	300	CAIXA COM 5.000 UNIDADES	203144	GRAMPO GRAMPEADOR, MATERIAL METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL GALVANIZADO, TAMANHO 26/6, CAIXA C/ 5.000 UNIDADES.	R\$ 6,72
41	30	CAIXA COM 5.000 UNIDADES	203145	GRAMPO GRAMPEADOR, MATERIAL METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL GALVANIZADO, TAMANHO 9/10, CAIXA C/ 5.000 UNIDADES.	R\$ 36,57
LOTE 07					
42	200	EMBALAGEM COM 2 BLOCOS	333679	MARCADOR PÁGINA, MATERIAL FILME DE POLIÉSTER E ADESIVO ACRÍLICO, COR AMARELA, MEDIDAS 25MM X 43MM, APLICAÇÃO CODIFICAÇÃO / MARCAÇÃO FOLHAS PROCESSO, FOLHAS C/TARJA ADESIVA / REMOVÍVEL / REUTILIZÁVEL, CONTENDO 100 FOLHAS, SENDO 2 BLOCOS COM 50 FOLHAS	R\$ 22,10
43	200	EMBALAGEM COM 2 BLOCOS	333684	MARCADOR PÁGINA, MATERIAL FILME DE POLIÉSTER E ADESIVO ACRÍLICO, COR AZUL, MEDIDAS 25MM X 43MM, APLICAÇÃO CODIFICAÇÃO / MARCAÇÃO FOLHAS PROCESSO, FOLHAS C/TARJA ADESIVA / REMOVÍVEL / REUTILIZÁVEL, CONTENDO 100 FOLHAS, SENDO 2 BLOCOS COM 50 FOLHAS.	R\$ 18,06
44	200	EMBALAGEM COM 2 BLOCOS	333683	MARCADOR PÁGINA, MATERIAL FILME DE POLIÉSTER E ADESIVO ACRÍLICO, COR VERDE, MEDIDAS 25MM X 43MM, APLICAÇÃO CODIFICAÇÃO / MARCAÇÃO FOLHAS PROCESSO, FOLHAS C/TARJA ADESIVA / REMOVÍVEL / REUTILIZÁVEL, CONTENDO 100 FOLHAS, SENDO 2 BLOCOS COM 50 FOLHAS.	R\$ 20,07
45	200	EMBALAGEM COM 2 BLOCOS	333682	MARCADOR PÁGINA, MATERIAL FILME DE POLIÉSTER E ADESIVO ACRÍLICO, COR VERMELHA, MEDIDAS 25MM X 43MM, APLICAÇÃO CODIFICAÇÃO / MARCAÇÃO FOLHAS PROCESSO, FOLHAS C/TARJA ADESIVA / REMOVÍVEL / REUTILIZÁVEL, CONTENDO 100 FOLHAS, SENDO 2 BLOCOS COM 50 FOLHAS.	R\$ 20,93
LOTE 08					

46	600	UNIDADE	203343	MINA GRAFITE, MATERIAL GRAFITA, DIÂMETRO 0,70MM, COMPRIMENTO 60MM, DUREZA 2B, TUBO C/ 12 UNIDADES.	R\$ 4,28
47	600	UNIDADE	203351	MINA GRAFITE, MATERIAL GRAFITA, DIÂMETRO 0,90MM, COMPRIMENTO 60MM, DUREZA 2B, TUBO C/ 12 UNIDADES.	R\$ 4,71
LOTE 09					
48	300	PACOTE COM 10 UNIDADES	407354	PASTA ARQUIVO, MATERIAL CARTÃO KRAFT, TIPO SUSPENSA, MEDIDAS 240MM X 360MM, COR PARDA, PRENDEDOR INTERNO TRILHO, GRAMATURA 230G/M2, VISOR/HASTE/CABIDE/GANCHO PLÁSTICO NAS EXTREMIDADE, PACOTE C/ 10 UNIDADES.	R\$ 41,61
49	200	PACOTE COM 10 UNIDADES	233212	PASTA ARQUIVO, MATERIAL CARTÃO Prensado, TIPO SIMPLES COM ABAS, MEDIDAS APROXIMADAS 230MM X 360MM, COR AZUL, COM ELÁSTICO, PACOTE C/ 10 UNIDADES.	R\$ 29,13
50	50	CAIXA COM 12 UNIDADES	249647	PASTA ARQUIVO, MATERIAL PAPELÃO Prensado, TIPO AZ, MEDIDAS APROXIMADAS 240MM X 340MM X 70MM, COR PRETA, PRENDEDOR INTERNO FERRAGEM REMOVÍVEL, GRAMATURA 280G/M2, REVESTIDA DENTRO E FORA DE PLÁSTICO DURO/ACABAMENTO, CAIXA C/ 12 UNIDADES.	R\$ 281,04
51	100	PACOTE COM 10 UNIDADES	375501	PASTA ARQUIVO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO L, LARGURA 210MM, ALTURA 297MM, INCOLOR, COM VISOR, A4, PACOTE C/ 10 UNIDADES	R\$ 12,74
52	100	PACOTE COM 10 UNIDADES	382405	PASTA ARQUIVO, MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE, MEDIDAS 245MM X 335MM X 32MM, ABAS, ELÁSTICO E ESPESSURA MÍNIMA 0,50MM, PACOTE C/ 10 UNIDADES.	R\$ 72,36
53	10	PACOTE COM 10 UNIDADES	396547	PASTA ARQUIVO, MATERIAL POLIPROPILENO, TIPO MALETA, MEDIDAS APROXIMADAS LARGURA 450MM, ALTURA 325MM, INCOLOR, COM ABA E ELÁSTICO, TAMANHO A3. PACOTE C/ 10 UNIDADES	R\$ 32,85
LOTE 10					
54	700	EMBALAGEM COM 2 UNIDADES	309967	PILHA, TAMANHO PALITO, TIPO ALCALINA, MODELO AAA, EMBALAGEM C/ 2 UNIDADES.	R\$ 3,34
55	700	EMBALAGEM COM 2 UNIDADES	231790	PILHA, TAMANHO PEQUENA, TIPO ALCALINA, MODELO AA, EMBALAGEM C/ 2 UNIDADES.	R\$ 4,98
LOTE 11					
56	50	CAIXA COM 12 UNIDADES	202040	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL PLÁSTICO, PONTA EM FELTRO, TIPO DESCARTÁVEL COR TINTA AZUL, CAIXA C/ 12 UNIDADES.	R\$ 61,31
57	50	CAIXA COM 12 UNIDADES	202041	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL PLÁSTICO, PONTA EM FELTRO, TIPO DESCARTÁVEL COR TINTA PRETA, CAIXA C/ 12 UNIDADES.	R\$ 67,93
58	20	CAIXA COM 12 UNIDADES	228841	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL PLÁSTICO, PONTA EM FELTRO, TIPO DESCARTÁVEL COR TINTA VERDE, CAIXA C/ 12 UNIDADES.	R\$ 60,84
59	50	CAIXA COM 12 UNIDADES	202043	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL PLÁSTICO, PONTA EM FELTRO, TIPO DESCARTÁVEL COR TINTA VERMELHA, CAIXA C/ 12 UNIDADES.	R\$ 67,98
LOTE 12					
60	200	UNIDADE	202484	APONTADOR LÁPIS, MATERIAL METAL, COR SORTIDA, SEM COMPARTIMENTO.	R\$ 1,85
61	800	UNIDADE	264123	BORRACHA APAGADORA ESCRITA, COMPRIMENTO 42, LARGURA 21, ALTURA 11, COR BRANCA, TIPO MACIA, MATERIAL CAPA PLÁSTICO DE VINIL	R\$ 1,54
LOTE 13					

62	400	CAIXA COM 12 UNIDADES	294716	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR AZUL. DEVERÁ POSSUIR PONTA REDONDA MACIA, COM ESPESSURA DE TRAÇO DE 2,00 MM, SENDO ACEITA VARIAÇÃO DE ATÉ 0,40 MM.O MARCADOR CONTARÁ COM TAMPA VEDANTE E ANTIDESLIZANTE, POSSUINDO TAMBÉM TRAVA NA PARTE TRASEIRA, ALÉM DE POSSUIR UMA CAPACIDADE MÍNIMA DE ESCRITA DE 600,00 M.A, TINTA UTILIZADA DEVE SER DE FÁCIL REMOÇÃO. CAIXA C/ 12 UNIDADES.	R\$ 56,28
63	400	CAIXA COM 12 UNIDADES	294718	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR PRETA.DEVERÁ POSSUIR PONTA REDONDA MACIA, COM ESPESSURA DE TRAÇO DE 2,00 MM, SENDO ACEITA VARIAÇÃO DE ATÉ 0,40 MM.O MARCADOR CONTARÁ COM TAMPA VEDANTE E ANTIDESLIZANTE, POSSUINDO TAMBÉM TRAVA NA PARTE TRASEIRA, ALÉM DE POSSUIR UMA CAPACIDADE MÍNIMA DE ESCRITA DE 600,00 M.A TINTA UTILIZADA DEVE SER DE FÁCIL REMOÇÃO CAIXA C/ 12 UNIDADES.	R\$ 50,09
64	200	CAIXA COM 12 UNIDADES	294717	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR VERDE.DEVERÁ POSSUIR PONTA REDONDA MACIA, COM ESPESSURA DE TRAÇO DE 2,00 MM, SENDO ACEITA VARIAÇÃO DE ATÉ 0,40 MM.O MARCADOR CONTARÁ COM TAMPA VEDANTE E ANTIDESLIZANTE, POSSUINDO TAMBÉM TRAVA NA PARTE TRASEIRA, ALÉM DE POSSUIR UMA CAPACIDADE MÍNIMA DE ESCRITA DE 600,00 M.A TINTA UTILIZADA DEVE SER DE FÁCIL REMOÇÃO, CAIXA C/ 12 UNIDADES.	R\$ 38,27
65	400	CAIXA COM 12 UNIDADES	294719	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR VERMELHA.DEVERÁ POSSUIR PONTA REDONDA MACIA, COM ESPESSURA DE TRAÇO DE 2,00 MM, SENDO ACEITA VARIAÇÃO DE ATÉ 0,40 MM. O MARCADOR CONTARÁ COM TAMPA VEDANTE E ANTIDESLIZANTE, POSSUINDO TAMBÉM TRAVA NA PARTE TRASEIRA, ALÉM DE POSSUIR UMA CAPACIDADE MÍNIMA DE ESCRITA DE 600,00 M.A TINTA UTILIZADA DEVE SER DE FÁCIL REMOÇÃO CAIXA C/ 12 UNIDADES.	R\$ 41,29
LOTE 14					
66	1008	CAIXA COM 12 UNIDADES	294815	COLA, COMPOSIÇÃO ACETATO DE POLIVINILA, ÁGUA E ÁLCOOL POLIVINÍLICO, COR BRANCA, APLICAÇÃO PAPEL E MADEIRA, TIPO PASTOSA, BISNAGA C/ 90 GRAMAS, ACONDICIONADO EM CAIXAS C/ 12 UNIDADES.	R\$ 47,70
67	108	CAIXA COM 12 UNIDADES	282456	COLA, COR BRANCA, APLICAÇÃO PAPEL, INSTANTÂNEA, TIPO BASTÃO. BASTÃO COM 8 a 10 GRAMAS, ACONDICIONADOS EM CAIXAS C/ 12 UNIDADES.	R\$ 14,49
LOTE 15					
68	100	CAIXA COM 12 UNIDADES	302880	CORRETIVO FITA, BASE DE POLIACRILATO, COMPRIMENTO 6M, LARGURA 5,0MM, APAGAR CANETA ESFEROGRÁFICA, CAIXA C/ 12 UNIDADES.	R\$ 50,54
69	50	CAIXA COM 12 UNIDADES	290284	CORRETIVO LÍQUIDO, BASE D'ÁGUA - SECAGEM RÁPIDA, FRASCO, VOLUME 18ML, CAIXA C/ 12 UNIDADES.	R\$ 33,54
LOTE 16 - AMPLA PARTICIPAÇÃO					
70	400	CAIXA COM 12 UNIDADES	409978	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL com refil - COR AZUL, MARCA BRW. DEVERÁ POSSUIR PONTA REDONDA MACIA, COM ESPESSURA DE TRAÇO DE 2,00 MM, SENDO ACEITA VARIAÇÃO DE ATÉ 0,40 MM. O MARCADOR CONTARÁ COM TAMPA VEDANTE. A tampa deve conter clip de bolso e o corpo da caneta grip ANTIDESLIZANTE, POSSUINDO TAMBÉM tampa com rosca NA PARTE TRASEIRA. O compartimento da tinta deve apresentar mostrador transparente e escala graduada do nível da tinta e ser compatível com cartucho de bocal de 14,3 mm, sendo aceita variação de até 0,2mm. O marcador deve possuir diâmetro de 20MM, sendo aceita variação de até 2mm. Comprimento total do marcador, fechado com a tampa, deve ser de 133 mm, sendo aceita variação de até 3mm. ALÉM DE POSSUIR UMA CAPACIDADE MÍNIMA DE ESCRITA DE 600,00 M. A TINTA UTILIZADA DEVE SER DE FÁCIL REMOÇÃO. A caixa deve conter, no mínimo, a composição da tinta e instruções de troca do refil. CAIXA C/ 12 UNIDADES.	R\$ 77,75

71	400	CAIXA COM 12 UNIDADES	409980	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL com refil - COR PRETA, MARCA BRW. DEVERÁ POSSUIR PONTA REDONDA MACIA, COM ESPESSURA DE TRAÇO DE 2,00 MM, SENDO ACEITA VARIAÇÃO DE ATÉ 0,40 MM. O MARCADOR CONTARÁ COM TAMPA VEDANTE, A tampa deve conter clip de bolso e o corpo da caneta grip ANTIDESLIZANTE, POSSUINDO TAMBÉM tampa com rosca NA PARTE TRASEIRA. O compartimento da tinta deve apresentar mostrador transparente e escala graduada do nível da tinta e ser compatível com cartucho de bocal de 14,3 mm, sendo aceita variação de até 0,2mm. O marcador deve possuir diâmetro de 20MM, sendo aceita variação de até 2mm. Comprimento total do marcador, fechado com a tampa, deve ser de 133 mm, sendo aceita variação de até 3mm. ALÉM DE POSSUIR UMA CAPACIDADE MÍNIMA DE ESCRITA DE 600,00 M. A TINTA UTILIZADA DEVE SER DE FÁCIL REMOÇÃO. A caixa deve conter, no mínimo, a composição da tinta e instruções de troca do refil. CAIXA C/ 12 UNIDADES.	R\$ 59,15
72	400	CAIXA COM 12 UNIDADES	409982	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL com refil - COR VERMELHA, MARCA BRW. DEVERÁ POSSUIR PONTA REDONDA MACIA, COM ESPESSURA DE TRAÇO DE 2,00 MM, SENDO ACEITA VARIAÇÃO DE ATÉ 0,40 MM. O MARCADOR CONTARÁ COM TAMPA VEDANTE, A tampa deve conter clip de bolso e o corpo da caneta grip ANTIDESLIZANTE, POSSUINDO TAMBÉM tampa com rosca NA PARTE TRASEIRA. O compartimento da tinta deve apresentar mostrador transparente e escala graduada do nível da tinta e ser compatível com cartucho de bocal de 14,3 mm, sendo aceita variação de até 0,2mm. O marcador deve possuir diâmetro de 20MM, sendo aceita variação de até 2mm. Comprimento total do marcador, fechado com a tampa, deve ser de 133 mm, sendo aceita variação de até 3mm. ALÉM DE POSSUIR UMA CAPACIDADE MÍNIMA DE ESCRITA DE 600,00 M. A TINTA UTILIZADA DEVE SER DE FÁCIL REMOÇÃO. A caixa deve conter, no mínimo, a composição da tinta e instruções de troca do refil. CAIXA C/ 12 UNIDADES.	R\$ 63,11
73	14400	UNIDADE	392220	Refil para marcador de quadro branco na cor azul, marca BRW. O CARTUCHO (REFIL) deve conter tinta líquida com capacidade para 5,5ml, comprimento de 69,4mm sendo aceita variação de até 1mm, bocal para encaixe no marcador de 14,3 mm, sendo aceita variação de até 0,2mm. O Cartucho deve ser fechado com trava esférica interna, liberando a tinta após o encaixe no marcador. O refil deve ser apresentado no formato blister individual, contendo em cada blister um cartucho e uma ponta extra de reposição. A caixa deve conter, no mínimo, a composição da tinta e instruções de troca do refil. Caixa com 12 blisters	R\$ 5,23
74	14400	UNIDADE	392221	Refil para marcador de quadro branco na cor preta, marca BRW. O CARTUCHO (REFIL) deve conter tinta líquida com capacidade para 5,5ml, comprimento de 69,4mm sendo aceita variação de até 1mm, bocal para encaixe no marcador de 14,3 mm, sendo aceita variação de até 0,2mm. O Cartucho deve ser fechado com trava esférica interna, liberando a tinta após o encaixe no marcador. O refil deve ser apresentado no formato blister individual, contendo em cada blister um cartucho e uma ponta extra de reposição. A caixa deve conter, no mínimo, a composição da tinta e instruções de troca do refil. Caixa com 12 blisters	R\$ 5,84

75	14400	UNIDADE	392222	Refil para marcador de quadro branco na cor vermelha, marca BRW. O CARTUCHO (REFIL) deve conter tinta líquida com capacidade para 5,5ml, comprimento de 69,4mm sendo aceita variação de até 1mm, bocal para encaixe no marcador de 14,3 mm, sendo aceita variação de até 0,2mm. O Cartucho deve ser fechado com trava esférica interna, liberando a tinta após o encaixe no marcador. O refil deve ser apresentado no formato blister individual, contendo em cada blister um cartucho e uma ponta extra de reposição. A caixa deve conter, no mínimo, a composição da tinta e instruções de troca do refil. Caixa com 12 blisters	R\$ 6,55
LOTE 17					
76	400	UNIDADE	297679	BLOCO PAUTADO, MATERIAL PAPEL APERGAMINHADO, GRAMATURA APROXIMADA 75G/M2, COR BRANCA, MEDIDAS APROXIMADAMENTE 210MM X 148MM, 50 FOLHAS.	R\$ 5,31
77	300	UNIDADE	243917	CADERNO, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, CAPA PAPELÃO DURO, APRESENTAÇÃO ESPIRAL, 96 FOLHAS, MEDIDAS 216MM X 153MM.	R\$ 8,39
LOTE 18					
78	600	UNIDADE	468082	CAIXA ARQUIVO, MATERIAL PAPELÃO, MEDIDAS 135MM X 250MM X 360MM, COR PARDA.	R\$ 4,97
79	450	PACOTE COM 10 UNIDADES	459376	CAIXA ARQUIVO, MATERIAL PLÁSTICO CORRUGADO FLEXÍVEL, MEDIDAS 340 X 240 X 130MM, COR BRANCA. PACOTE COM 10 UNIDADES	R\$ 63,81
LOTE 19					
80	100	CAIXA COM 50 UNIDADES	289405	CANETA ESFEROGRÁFICA, PLÁSTICO, PONTA AÇO INOXIDÁVEL COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO DE ESCRITA MÉDIA, COR TINTA AZUL, CORPO SEXTAVADO, TRANSPARENTE E ORIFÍCIO LATERAL. CAIXA C/ 50 UNIDADES. MODELO DE REFERÊNCIA BIC OU SIMILAR.	R\$ 29,80
81	150	CAIXA COM 50 UNIDADES	289406	CANETA ESFEROGRÁFICA, PLÁSTICO, PONTA AÇO INOXIDÁVEL COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO DE ESCRITA MÉDIA, COR TINTA PRETA, CORPO SEXTAVADO, TRANSPARENTE E ORIFÍCIO LATERAL. CAIXA C/ 50 UNIDADES. MODELO DE REFERÊNCIA BIC OU SIMILAR.	R\$ 29,07
82	50	CAIXA COM 12 UNIDADES	289407	CANETA ESFEROGRÁFICA, PLÁSTICO, PONTA AÇO INOXIDÁVEL COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO DE ESCRITA MÉDIA, COR TINTA VERMELHA, CORPO SEXTAVADO, TRANSPARENTE E ORIFÍCIO LATERAL. CAIXA C/ 50 UNIDADES. MODELO DE REFERÊNCIA BIC OU SIMILAR.	R\$ 26,82
LOTE 20					
83	20	CAIXA COM 12 UNIDADES	317874	CANETA HIDROGRÁFICA, PLÁSTICO, CORPO CILÍNDRICO, PONTA POLIACETATO, ESCRITA FINA, COR CARGA AZUL, APLICAÇÃO RETROPROJETOR/CD, PONTA DE 1MM, TINTA PERMANENTE. CAIXA COM 12 UNIDADES	R\$ 65,74
84	13	CAIXA COM 12 UNIDADES	293994	CANETA HIDROGRÁFICA, PLÁSTICO, CORPO CILÍNDRICO, PONTA POLIACETATO, ESCRITA FINA, COR CARGA PRETA, APLICAÇÃO RETROPROJETOR/CD, PONTA DE 1MM, TINTA PERMANENTE. CAIXA COM 12 UNIDADES	R\$ 56,57

85	13	CAIXA COM 12 UNIDADES	357678	CANETA HIDROGRÁFICA, PLÁSTICO, CORPO CILÍNDRICO, PONTA POLIACETATO, ESCRITA FINA, COR CARGA VERDE, APLICAÇÃO RETROPROJETOR/CD, PONTA DE 1 MM, TINTA PERMANENTE. CAIXA COM 12 UNIDADES	R\$ 54,69
86	20	CAIXA COM 12 UNIDADES	323323	CANETA HIDROGRÁFICA, PLÁSTICO, CORPO CILÍNDRICO, PONTA POLIACETATO, ESCRITA FINA, COR CARGA VERMELHA, APLICAÇÃO RETROPROJETOR/CD, PONTA DE 1MM, TINTA PERMANENTE. CAIXA COM 12 UNIDADES	R\$ 62,82
LOTE 21					
87	100	CAIXA COM 12 UNIDADES	279313	CANETA MARCA-TEXTO, PLÁSTICO, PONTA FLUORESCENTE, COR AMARELA, CAIXA C/ 12 UNIDADES.	R\$ 13,17
88	100	CAIXA COM 12 UNIDADES	279312	CANETA MARCA-TEXTO, PLÁSTICO, PONTA FLUORESCENTE, COR VERDE, CAIXA C/ 12 UNIDADES.	R\$ 12,86
LOTE 22					
89	100	CAIXA COM 50 UNIDADES	234073	ALFINETE MAPA, MATERIAL METAL, NIQUELADO, CABEÇA PLÁSTICO REDONDO, COR VARIADA, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 10 MM. CAIXA C/ 50 UNIDADES.	R\$ 5,68
90	300	PACOTE COM 100 GRAMAS	228369	CINTA ELÁSTICA, MATERIAL LÁTEX, FORMA CIRCULAR, TAMANHO 18, PACOTE C/ 100 GRAMAS.	R\$ 4,89
91	50	CAIXA COM 100 UNIDADES	298524	PERCEVEJO, MATERIAL CHAPA DE AÇO, TRATAMENTO SUPERFICIAL LATONADO, TAMANHO APROXIMADO 7MM, CAIXA C/ 100 UNIDADES.	R\$ 3,43
LOTE 23					
92	50	CAIXA COM 500 GRAMAS	283856	CLIPS 1/0, MATERIAL METAL, FORMATO PARALELO, CAIXA COM 500GRAMAS.	R\$ 19,92
93	60	CAIXA COM 500 GRAMAS	271776	CLIPS 2/0, MATERIAL METAL, FORMATO PARALELO, CAIXA COM 500GRAMAS.	R\$ 20,63
94	60	CAIXA COM 500 GRAMAS	271777	CLIPS 3/0, MATERIAL METAL, FORMATO PARALELO, CAIXA COM 500GRAMAS.	R\$ 25,93
95	50	CAIXA COM 500 GRAMAS	271780	CLIPS 6/0, MATERIAL METAL, FORMATO PARALELO, CAIXA COM 500GRAMAS.	R\$ 22,96

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam na Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. O item 17 e o lote 16 (itens 70 a 75) são destinados a ampla participação, pois, de acordo com o Decreto 8.538/2015, o valor estimado dos referidos item e lote é superior a R\$ 80.000,00.

- 3.6. Para os demais itens e lotes a participação é exclusiva a licitantes qualificadas como microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com o Decreto 8538/2015, devido ao valor estimado dos referidos itens ser inferior a R\$ 80.000,00
- 3.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 3.8. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 3.9. O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.12. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.14. A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário do item;
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior.
- 5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de

Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, **com apenas duas casas decimais**. Caso o lance tenha mais de duas casas decimais, a proposta deverá ser ajustada desconsiderando a terceira e quarta casa após a vírgula, de forma que o valor fique com no máximo duas casas decimais.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1% (um ponto percentual)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
 - 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
 - 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
 - 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
 - 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.21.2.2. empresas brasileiras;
- 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
- 6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme modelo de apresentação de proposta previsto no Anexo III, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.22.5.1. **A fim de verificar a compatibilidade do produto ofertado com o que foi solicitado no termo de referência, deverá ser encaminhado, juntamente com a proposta atualizada, catálogo com as especificações técnicas do produto ofertado.**
- 6.22.5.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.2.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.3. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.3.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.3.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.6. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.7. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.9. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.10. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)
- 8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.6.1 e 4.5 deste edital.
- 8.6. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.6.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.7. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.7.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.8.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de

- habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por e-mail.
- 8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.14. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.14.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 8.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 8.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.17. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 8.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.1.
- 8.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).
- 8.23. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.24. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 8.25. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. A ata de registro de preços será assinada pela UFPel por meio da assinatura eletrônica constante no termo de homologação.
- 9.2. A ata de registro de preços, conforme Anexo II do edital, deverá ser enviada pela empresa vencedora **após o encerramento da fase de julgamento das propostas**, de acordo com o que segue:
- 9.2.1. Ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu

representante legal;

9.2.2. Conter o nome, telefone e e-mail (endereço eletrônico) da Empresa;

9.2.3. Conter a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.3. Após o encerramento da fase de julgamento das propostas, o licitante mais bem classificado, será convocado para enviar a ata de registro de preços, devidamente assinada, no prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

9.3.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

9.4. A Ata, devidamente assinada e enviada pelo fornecedor, não carece de assinatura por parte da UFPel, uma vez que, conforme cláusula 9.1, a assinatura da UFPel se dá por meio de assinatura eletrônica, no termo de homologação, constante do Comprasnet.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será realizado o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação de acesso a ser realizada pelo e-mail cpl.ufpel@gmail.com.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da

data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail cpl.ufpel@gmail.com.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DO REAJUSTE

14.1. Após o interregno de um ano, a contar da homologação da ata, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

14.1.1. A data-base a ser utilizada para a aplicação do reajuste será a data do orçamento mais antigo utilizado na composição do valor estimado da licitação.

14.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. Os produtos objetos deste Pregão deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário Capão do Leão s/nº, CEP 96160-000, Bairro Jardim América, Capão do Leão/RS, salvo se especificado de modo diverso na Nota de Empenho, dentro dos limites territoriais dos municípios de Pelotas e Capão do Leão.

15.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.ufpel.edu.br.

15.12. Após a fase de lances, toda e qualquer comunicação da UFPEl com a licitante poderá ocorrer por correio eletrônico (e-mail), sendo obrigação da empresa manter o cadastro atualizado no SICAF. O endereço de e-mail para contato utilizado na comunicação poderá ser aquele cadastrado no SICAF ou o e-mail cadastrado na Proposta enviada após a fase de lances.

15.12.1. A empresa, quando notificada via e-mail, deverá confirmar o recebimento do mesmo. Caso contrário, o prazo concedido para resposta começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.

15.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.13.1. ANEXO I - Termo de Referência;

- 15.13.1.1. APÊNDICE DO ANEXO I – Tabela de Marcas Pré-Aprovadas
- 15.13.2. ANEXO II - Ata de Registro de Preço;
- 15.13.3. ANEXO III - Modelo de Apresentação de Proposta;

Pelotas, 07 de maio de 2024.

Ana Simeonidis
Pregoeiro(a)

Revisado por:
Priscila Gonçalves Marchand
Chefe do Núcleo de Licitações

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
Em mídia apartada

APÊNDICE DO ANEXO I
Tabela de Marcas Pré-Aprovadas
Em mídia apartada

ANEXO II
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90002/2024
PROCESSO Nº 23110.047171/2023-55

A Fundação Universidade Federal de Pelotas, situada na Rua Gomes Carneiro nº 01, Pelotas / RS, inscrita no CNPJ sob o nº 92.242.080/0001-00, representada pela Reitora Isabela Fernandes Andrade, nomeado pelo Decreto de 05 de janeiro de 2021, publicado em 06/01/2021 no D.O.U., seção 02, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90002/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2023 e Decreto nº 11.462/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Aquisição de Material de Expediente do Almoxarifado Central, especificado no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 90002/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s)

são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (<i>se exigida no edital</i>)	Modelo (<i>se exigido no edital</i>)	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a Fundação Universidade Federal de Pelotas.
3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. DA VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

- 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

- 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio

de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação, para formalização da ata de registro de preços, serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela.
- 5.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.7. Após o encerramento da fase de julgamento das propostas, o licitante mais bem classificado, será convocado para enviar a ata de registro de preços devidamente assinada, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de desclassificação.
- 5.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.8. A Ata, devidamente assinada e enviada pelo fornecedor, não carece de assinatura por parte da UFPEL, uma vez que a assinatura da UFPEL se dá por meio de assinatura eletrônica, no termo de homologação, constante do Comprasnet.
- 5.9. A ata de registro de preços será disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.5.
- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de

preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

_____,
(Local e data)

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO III

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90002/2024

PROCESSO Nº 23110.047171/2023-55

A empresa _____ (razão social), devidamente inscrita sob o CNPJ nº. _____ com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, apresenta a seguinte proposta comercial:

Item	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor global							
Valor global por extenso							

Nos valores propostos acima, estão inclusos todos e quaisquer encargos inerentes ao fornecimento do objeto desta proposta, tais como: tributos, taxas, transportes, carregamento, descarregamento, encargos sociais, trabalhistas, frete, seguro, e outros que, direta e indiretamente, incidam sobre o perfeito e integral cumprimento da proposta apresentada.

O prazo de validade desta proposta é de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

Proponente: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

CEP: _____

Cidade: _____

Estado: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

_____, ____ de _____ de 2024.

Razão Social/CNPJ / Representante Legal/Assinatura

*Observação: Não preencher dados pessoais do responsável legal da empresa (ex: CPF, RG), em razão da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018).

Indicação do Modelo da AGU utilizado nesta licitação:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: maio/2023

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA DA SILVA CAMPELO, Assistente em Administração**, em 22/07/2024, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2649822** e o código CRC **E5D2818B**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Rua Gomes Carneiro nr. 01, - Bairro Centro, Pelotas/RS, CEP 96010-610

PRA TERMO DE REFERÊNCIA NOVA AQUISIÇÃO S/CONTRATO

Processo nº 23110.047171/2023-55

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Material de Expediente, nos termos da relação de itens, constante no pedido nº 5247, preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Existe a necessidade de aquisição por lote?

(x) Sim () Não

1.4.1. Em caso afirmativo, justificar: alguns itens foram separados em lotes por possuírem as mesmas características e compatibilidade entre eles, visando assim uma economia de escala.

1.5. Trata-se de uma aquisição processada através de sistema registro de preços?

(x) Sim () Não

1.5.1. Em caso negativo, justificar:

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

2.3. ID PCA no PNCP: 92242080000100-0-000001/2024

2.4. Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

2.5. *Id do DFD da demanda: 291/2023*

2.6. Classe/Grupo: ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO, ACESSÓRIOS E DISPOSITIVOS PARA ESCRITÓRIO, MÁQUINAS DE CONTABILIDADE E DE CALCULAR, INSTRUMENTOS DE DESENHO, TOPOGRAFIA E CARTOGRAFIA, ADESIVOS, FILTROS E REDES, FORMULÁRIOS PADRONIZADOS, PAPÉIS E PAPELÕES, BATERIAS NAO RECARREGÁVEIS, COMPOSTOS E PREPARADOS PARA LIMPEZA E POLIMENTO, ARTIGOS PARA FUMANTES.

2.6.1. Identificador da Futura Contratação: Após a consolidação do PCA, não é possível consultar os itens que compõem cada grupo de contratação no PNCP.

2.7. Justifica-se o pretendido objeto para atender as Unidades Acadêmicas e Administrativas da UFPel que demandam a utilização de materiais de expediente em suas rotinas de trabalho para o pleno desenvolvimento das tarefas a serem desempenhadas, sejam administrativas ou de ensino nas salas de aula e laboratórios.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A aquisição dos materiais de expediente visa o suprimento da demanda da Instituição para que possa fornecer ao seu público as condições necessárias de para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas e administrativas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1. “Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.”

4.2. Foi exigido práticas de sustentabilidade? (x) Sim () Não

4.2.1. Justifique: Foi exigido critério de sustentabilidade para os itens 76 e 77, pilhas, para estar de acordo com a orientação prevista do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, capítulo 26, página 214.

4.3. **Indicação de marcas ou modelos** ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

4.3.1. Na presente contratação, para os **itens 70 a 75, será admitida a indicação da seguinte marca: BRW**. Isso se justifica, pois já existe em estoque no almoxarifado central da instituição marcadores para quadro branco recarregáveis e refis desta marca, sendo possível assim, ser dado continuidade na utilização dos mesmos, gerando uma economia para a instituição e, também, devido a compatibilidade do refil com o marcador.

4.4. **Da exigência de amostra**

4.4.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.4.2. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.4.2.1. itens 80 a 88;

4.4.2.2. itens 62 a 65;

4.4.2.3. itens 56 a 59;

4.4.3. As amostras poderão ser entregues no endereço: Rua Gomes Carneiro nº 01, Centro, Pelotas/RS, CEP: 96010-610, bloco A sala 302 do Núcleo de Material, Campus Porto, no prazo limite de 5 dias úteis a contar da solicitação, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.4.4. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.4.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.4.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.4.6.1. Itens 80 a 88, 62 a 65 e 56 a 59: verificação das mínimas funcionalidades e desempenho a que se destinam os produtos;

4.4.6.2. Itens 80 a 88, 62 a 65 e 56 a 59: durabilidade de escrita;

4.4.6.3. Itens 80 a 88, 62 a 65 e 56 a 59: qualidade de escrita, avaliando se o traço não contém falhas e se tem boa visibilidade.

4.4.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.4.8. Ficam dispensados do envio de amostra os licitantes que ofertarem produtos das **marcas pré-aprovadas conforme a tabela documento SEI (2528143)**.

4.4.9. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência

4.4.10. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.4.11. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 15 (quinze) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.4.12. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.4.13. Justifica-se a solicitação de amostra para que as mesmas sejam testadas a fim de verificar as mínimas funcionalidades e desempenho a que se destinam os produtos, para certificação de que o produto ofertado atende as condições e especificações técnicas indicadas na sua descrição, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem defeitos no momento do teste.

5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. **Condições de Entrega**

5.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 [trinta] dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado Central, Campus Universitário, Avenida Eliseu Maciel

s/nº, Prédio 50, CEP 96.160-000, Capão do Leão/RS.

5.1.3. O horário para entrega dos bens deverá ser acordado previamente com os telefones de contato que constam na nota de empenho.

5.1.4.

5.2. **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

6.1. **Recebimento**

6.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.2. **Liquidação**

6.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

6.2.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.2.2.1. o prazo de validade;

6.2.2.2. a data da emissão;

6.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

6.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

6.2.2.5. o valor a pagar; e

6.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos

responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.3. Prazo de pagamento

6.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

6.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

6.4. Forma de pagamento

6.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento

6.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.5. Cessão de crédito

6.5.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

6.5.2. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

6.5.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

6.5.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

6.5.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

7.2. Forma de fornecimento

7.2.1. O fornecimento do objeto será parcelado.

7.3. Exigências de habilitação

7.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.3.1.1. Habilitação jurídica

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

i) **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#);

j) **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165);

k) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.5. Qualificação Técnica

7.6. O fornecedor deve possuir:

- 7.7. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;
- 7.8. Justifica-se a exigência de qualificação técnica em decorrência de normativa da Lei nº 6.938/81 art. 17 inciso II.
- 7.9. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 7.9.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- 7.9.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 7.9.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 7.9.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 7.9.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 7.9.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- 7.9.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.206.666,98 (hum milhão duzentos e seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e oito centavos), conforme custos unitários apostos no pedido nº 5247 [2523190], preenchido no Cobalto.
- 8.2. O valor estimado foi obtido com base em pelo menos três orçamentos, em conformidade Art. 6º, §5º, da IN Seges nº 65/2021?

(x)Sim ()Não

- 8.2.1. Em caso negativo, justificar : [...]

- 8.3. Caso o preço, de todos os itens ou de algum deles, tenha sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, deverá ser certificado que o valor estimado não é superior à mediana do item nos sistemas consultados, conforme preconiza o art. 6º, §6º, da IN SEGES nº 65/2021. Para comprovar esta verificação foi anexada a tela inicial da busca no painel de preços que indica o valor mediano, antes de fazer a escolha das atas?

(x)Sim ()Não

- 8.3.1. Em caso negativo, justificar : [...]

- 8.4. Foram utilizados **apenas** os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, do art. 5º, da Instrução Normativa nº065/2021/SEGES (I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente; II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 9 (nove) meses anteriores à data da pesquisa de preços (a alteração no prazo indicado na IN justifica-se pela necessidade de tempo hábil para tramitar internamente o processo e as atas estarem válidas até a publicação do certame no site do comprasgovernamental), inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;)?

()Sim (x)Não

- 8.4.1. Em caso negativo, justificar : a pesquisa foi efetuada priorizando-se parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, do art. 5º, da Instrução Normativa nº 065/2021/SEGES, mas não foi possível obter todas as cotações para todos os itens via sistemas oficiais do governo, devido a validade das atas e instabilidade do sistema que por vários dias não carregava as informações. Assim, optou-se por realizar cotações via sites de internet para complementar.

- 8.5. Teve alguma pesquisa de preço realizada diretamente com fornecedor?

()Sim (x)Não

Em caso afirmativo responder as questões que seguem:

- 8.5.1. O prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação? (Art. 5º e §2º, inc. I, da IN Seges 65/2021)

()Sim ()Não

- 8.5.1.1. Em caso negativo, justificar : [...]

- 8.5.2. Consta dos autos a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação feita?

()Sim ()Não

- 8.5.2.1. Em caso negativo, justifique [...]

- 8.5.3. Qual a justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º da IN Seges 65/2021:

[...]

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

9.2.1. UGR: 154047;

9.2.2. Esfera Orçamentária: 1 - ORCAMENTO FISCAL ;

9.2.3. Fonte de Recursos: 1000000000 - RECURSOS LIVRES DA UNIAO ;

9.2.4. Programa de Trabalho: 170277 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DO RS;

9.2.5. Natureza de Despesa: 339030- MATERIAL DE CONSUMO;

9.2.6. Plano Interno: MALMXQ0100N - ESTOQUE ALMOXARIFADO CENTRAL .

9.3. A dotação orçamentária relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada na Nota de Empenho.

10. CERTIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

10.1. Certifico que foram atendidas as regras e os procedimentos previstos na IN da SEGES/ME nº081/2022, de 25 de novembro de 2022.

10.2. Certifico que foi utilizado o modelo de minuta padrão da Advocacia-Geral da União para o termo de referência , e que as as alterações necessárias nas redações consideradas invariáveis de acordo com a minuta foram justificadas conforme segue:

Cor do texto	Indicação
preto	Texto modelo original da AGU
grifado em amarelo	Modificações feitas pela Unidade e/ou pela CMP/PRA
grifado em verde	Texto incluído pela Unidade
grifado em azul	Texto incluído pela CMP (em relação ao modelo original da AGU)

I - **Id do item no PCA:** após a consolidação das demandas para a formação do PCA a Unidade Demandante não consegue localizar o seu item individual. A UFPel trabalha com as demandas das Unidades de forma descentralizada o que inviabiliza a indicação da identificação do item no PCA, desta forma a Unidade Demandante está indicando o número do DFD correspondente a sua demanda.

II - **Item Qualificação Econômico-Financeira** foi suprimida tendo em vista a natureza e complexidade do objeto, que não demandam tal exigência.

III - **Item Modelo de Gestão de Contratos** foi suprimido pois este termo de referência trata de aquisições sem a formalização de um instrumento contratual.

IV - **Item 5.1.5.** trata-se de informação relevante com relação a entrega do material e que deve constar no termo de referência.

V - **Itens 8.2. ao 8.5.** orientações importantes com relação a formação de preço que devem ser certificadas pela Unidade Demandante.

VI - **Item 10** certificação do modelo de termo de referência e destaques de suas alterações que devem constar no processo de aquisição.

VII - [...]

Indicação do Modelo da AGU utilizado nesta aquisição:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: maio/2023

Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA XAVIER FARIAS, Chefe, Núcleo de Material**, em 08/03/2024, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2549667** e o código CRC **41C70756**.

Referência: Processo nº 23110.047171/2023-55

SEI nº 2549667

TABELA DE MARCAS PRÉ APROVADAS E CRITÉRIOS DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS

Item	Descrição	Marcas pré aprovadas	Crítérios de análise
35	Caneta esferográfica, plástico, ponta aço inoxidável com esfera de tungstênio, tipo de escrita média, cor tinta azul, corpo sextavado, transparente e orifício lateral. Caixa c/ 50 unidades. Modelo de referência bic ou similar.	Bic	Verificação das mínimas funcionalidades a que se destinam os produtos, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem defeitos no momento do teste.
36	Caneta esferográfica, plástico, ponta aço inoxidável com esfera de tungstênio, tipo de escrita média, cor tinta preta, corpo sextavado, transparente e orifício lateral. Caixa c/ 50 unidades. Modelo de referência bic ou similar.	Bic	Verificação das mínimas funcionalidades a que se destinam os produtos, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem defeitos no momento do teste.
37	Caneta esferográfica, plástico, ponta aço inoxidável com esfera de tungstênio, tipo de escrita média, cor tinta vermelha, corpo sextavado, transparente e orifício lateral. Caixa c/ 50 unidades. Modelo de referência bic ou similar.	Bic	Verificação das mínimas funcionalidades a que se destinam os produtos, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem defeitos no momento do teste
38	Caneta hidrográfica, plástico, corpo cilíndrico, ponta poliacetato, escrita fina, cor carga azul, aplicação retroprojektor/cd, ponta de 1mm, tinta permanente. Caixa com 12 unidades	BRW, Neomundi, Lyke	Verificação das mínimas funcionalidades a que se destinam os produtos, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem defeitos no momento do teste
39	Caneta hidrográfica, plástico, corpo cilíndrico, ponta poliacetato, escrita fina, cor carga preta, aplicação retroprojektor/cd, ponta de 1mm, tinta permanente. Caixa com 12 unidades	BRW, Neomundi, Lyke	Verificação das mínimas funcionalidades a que se destinam os produtos, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem defeitos no momento do teste
40	Caneta hidrográfica, plástico, corpo cilíndrico, ponta poliacetato, escrita fina, cor carga verde, aplicação retroprojektor/cd, ponta de 1 mm, tinta permanente. Caixa com 12 unidades	BRW, Neomundi, Lyke	Verificação das mínimas funcionalidades a que se destinam os produtos, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem defeitos no momento do teste
41	Caneta hidrográfica, plástico, corpo cilíndrico, ponta poliacetato, escrita fina, cor carga vermelha, aplicação retroprojektor/cd, ponta de 1mm, tinta permanente. Caixa com 12 unidades	BRW, Neomundi, Lyke	Verificação das mínimas funcionalidades a que se destinam os produtos, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem defeitos no momento do teste
42	Caneta marca-texto, plástico, ponta fluorescente, cor amarela, caixa c/ 12 unidades.	Neomundi, Lyke, Masterprint, Pilot	Verificação das mínimas funcionalidades a que se destinam os produtos, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem defeitos no momento do teste

TABELA DE MARCAS PRÉ APROVADAS E CRITÉRIOS DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS

43	Caneta marca-texto, plástico, ponta fluorescente, cor verde, caixa c/ 12 unidades.	Neomundi, Lyke, Masterprint, Pilot	Verificação das mínimas funcionalidades a que se destinam os produtos, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem defeitos no momento do teste
82	Pincel para quadro branco - cor azul. Deverá possuir ponta redonda macia, com espessura de traço de 2,00 mm, sendo aceita variação de até 0,40 mm.o marcador contará com tampa vedante e antideslizante, possuindo também trava na parte traseira, além de possuir uma capacidade mínima de escrita de 600,00 m.a, tinta utilizada deve ser de fácil remoção. Caixa c/ 12 unidades.	BRW, Neomundi, Masterprint	Verificação das mínimas funcionalidades a que se destinam os produtos, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem defeitos no momento do teste
83	Pincel para quadro branco - cor preta. Deverá possuir ponta redonda macia, com espessura de traço de 2,00 mm, sendo aceita variação de até 0,40 mm.o marcador contará com tampa vedante e antideslizante, possuindo também trava na parte traseira, além de possuir uma capacidade mínima de escrita de 600,00 m.a tinta utilizada deve ser de fácil remoção caixa c/ 12 unidades.	BRW, Neomundi, Masterprint	Verificação das mínimas funcionalidades a que se destinam os produtos, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem defeitos no momento do teste
84	Pincel para quadro branco - cor verde. Deverá possuir ponta redonda macia, com espessura de traço de 2,00 mm, sendo aceita variação de até 0,40 mm.o marcador contará com tampa vedante e antideslizante, possuindo também trava na parte traseira, além de possuir uma capacidade mínima de escrita de 600,00 m.a tinta utilizada deve ser de fácil remoção, caixa c/ 12 unidades.	BRW, Neomundi, Masterprint	Verificação das mínimas funcionalidades a que se destinam os produtos, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem defeitos no momento do teste
85	Pincel para quadro branco - cor vermelha. Deverá possuir ponta redonda macia, com espessura de traço de 2,00 mm, sendo aceita variação de até 0,40 mm. O marcador contará com tampa vedante e antideslizante, possuindo também trava na parte traseira, além de possuir uma capacidade mínima de escrita de 600,00 m.a tinta utilizada deve ser de fácil remoção caixa c/ 12 unidades.	BRW, Neomundi, Masterprint	Verificação das mínimas funcionalidades a que se destinam os produtos, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem defeitos no momento do teste
78	Pincel atômico, material plástico, ponta em feltro, tipo descartável cor tinta azul, caixa c/ 12 unidades.	Masterprint	Verificação das mínimas funcionalidades a que se destinam os produtos, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem defeitos no momento do teste

TABELA DE MARCAS PRÉ APROVADAS E CRITÉRIOS DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS

79	Pincel atômico, material plástico, ponta em feltro, tipo descartável cor tinta preta, caixa c/ 12 unidades.	Masterprint	Verificação das mínimas funcionalidades a que se destinam os produtos, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem defeitos no momento do teste
80	Pincel atômico, material plástico, ponta em feltro, tipo descartável cor tinta verde, caixa c/ 12 unidades.	Masterprint	Verificação das mínimas funcionalidades a que se destinam os produtos, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem defeitos no momento do teste
81	Pincel atômico, material plástico, ponta em feltro, tipo descartável cor tinta vermelha, caixa c/ 12 unidades.	Masterprint	Verificação das mínimas funcionalidades a que se destinam os produtos, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem defeitos no momento do teste